



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

GÊNERO SOB A PERSPECTIVA DA INTERSECCIONALIDADE: A IMPORTÂNCIA DO DEBATE NO SERVIÇO SOCIAL

Mayara Augusta Monteiro Ramos¹

Tereza Cristina Santos Martins²

Olivia Irine Reis Santos³

Thamires Santos Fernandes⁴

Resumo: O artigo apresenta o mapeamento das disciplinas de gênero nos cursos de Serviço Social das IES públicas do Brasil e as principais autoras utilizadas. Trata-se de oferecer, a partir do resultado da pesquisa PIBIC, uma breve reflexão acerca da importância de discutir a exploração/opressão de gênero articulada à de classe e de raça.

Palavras-chave: Formação Profissional. Gênero. Classe. Raça. Interseccionalidade.

Abstract: The article presents the mapping of the gender disciplines in the Social Service courses of public HEIs in Brazil and the main authors used. It is a question of offering, from the PIBIC research result, a brief reflection on the importance of discussing the exploitation / oppression of gender articulated to that of class and race.

Keywords: Professional qualification. Gender. Class. Breed. Intersectionality.

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social, caracterizado enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, atua na reprodução das relações sociais, conforme afirma Iamamoto (2006). A partir daí depreende-se a importância de a atuação profissional, caracterizada por intervenções nas expressões da questão social⁵, apreender as mais diversas nuances que permeiam e impactam as trabalhadoras/es dentro da sociabilidade capitalista. Nuances que podem ser expressas na exploração/opressão de classe, de gênero, de geração, de direitos

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Sergipe. E-mail: <mayaramonteiramos@hotmail.com>.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Sergipe. E-mail: <mayaramonteiramos@hotmail.com>.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Sergipe. E-mail: <mayaramonteiramos@hotmail.com>.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Sergipe. E-mail: <mayaramonteiramos@hotmail.com>.

⁵ Entender a questão social, segundo Santos (2012, p. 133) é “[...] de um lado, considerar a exploração do trabalho pelo capital e, de outro, as lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores organizados em face desta premissa central à produção e reprodução do capitalismo. Conjugadas, essas premissas derivam em expressões diversificadas da ‘questão social’ em face das quais cabe sempre um processo de investigação a fim de caracterizá-las enquanto ‘unidade da diversidade’[...]”.

humanos e de raça, sobretudo em um país que possui formação sócio-histórica atrelada a séculos de escravidão.

Sem dúvida, a marca da colonização e da escravidão faz do Brasil um país com particularidades importantes na sua questão social. Para responder de forma qualificada às demandas postas pela sociedade brasileira requisita-se dos profissionais um arcabouço teórico capaz de fazê-los refletir e intervir diante das especificidades da população usuária, majoritariamente composta por mulheres e mulheres negras. Diante dessa realidade que se apresenta, é inegável a imprescindibilidade de uma formação profissional capaz de dar conta do debate de gênero sem perder de vista que essa exploração/opressão se articula e se imbrica com as explorações/opressões de classe e de raça.

É com essa compreensão que este artigo – fruto de resultados preliminares da pesquisa PIBIC: “A formação Profissional do Serviço Social no Brasil e as questões de gênero, de geração, de raça/etnia e de direitos humanos” –, primeiro, traz os resultados do mapeamento das disciplinas de gênero nos cursos de Serviço Social das IES públicas do Brasil e, ao apresentar as principais autoras utilizadas, faz uma breve reflexão acerca da necessária interseccionalidade entre gênero, classe e raça. Na sequência, ele apresenta uma brevíssima reflexão a partir da pesquisa de Oliveira (2017), chamando a atenção para a necessidade de a análise étnico-racial ser abraçada pela profissão de Serviço Social distante da ideia de que apenas a militância tem esse papel.

2. A DISCUSSÃO DE GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL

O mapeamento das Instituições de Ensino Superior (IESs) públicas que ofertam graduação presencial em Serviço Social dá conta da existência de 68 cursos ofertados por 54 IESs públicas (Federais, Estaduais e Municipais), localizadas nas cinco regiões brasileiras: Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nesses cursos, foram encontrados as ofertas de 226 disciplinas com as temáticas raça/etnia, gênero, geração e direitos humanos, assim distribuídas por regiões: 16 no Centro-Oeste, 48 no Nordeste, 18 no Norte, 96 no Sudeste e 48 no Sul. Salienta-se que dentre elas há uma pequena diferença entre o quantitativo de disciplinas obrigatórias e optativas ofertadas: do total de disciplinas (226), 110 são obrigatórias e 116 são optativas.

Dentre as regiões existem 18 (dezoito) disciplinas que tratam da temática gênero. Preliminarmente, utilizaremos a definição de Scott (1990, p. 2), a partir da qual “as feministas passaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos”. Assim,

[...] o “gênero” era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. “Apreendemos” [...] “que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas [...]” (SCOTT, 1990, p. 3-4)

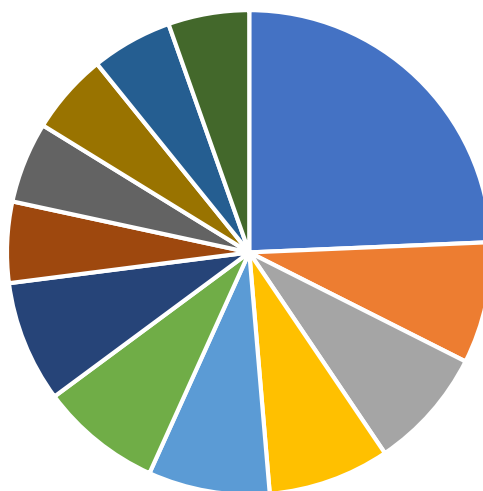
Desse modo, explicitada a relevância dos estudos e gênero, voltamo-nos para o Serviço Social, em que a região onde mais se encontram disciplinas sobre o tema é o sudeste, com 7 (sete) disciplinas em 6 (seis) IES diferentes, são elas: Relações de Gênero e Serviço Social (UFES); Gênero e Serviço Social, História e Cultura Popular (UFU); Serviço Social e Relações de Gênero (UFVJM); Serviço Social e Relação de Gênero (UFTM); Serviço Social, Família e Gênero (UEMG/Carangola); Relações de Gênero e Questão Social (UFRRJ).

Já na região sul, há 4 (quatro) disciplinas de diferentes instituições, a saber: Relações de Gênero e Serviço Social (UEPG); Serviço Social e Gênero (UEPG); Serviço Social e Gênero (UNILA); Gênero, Políticas Sociais e Serviço Social (UFSM); Relações de Gênero (UNIPAMPA). Na região nordeste também existem 4 (quatro) disciplinas, são elas: Gênero e Serviço Social (UFAL); Formação Sócio-Histórica do Brasil (UFPI); Seminário Temático sobre Gênero (UFRN); Tópicos especiais em Gênero e Sexualidades (UEPB). As regiões centro-oeste e norte são onde menos se encontram disciplinas com essa temática. Foi possível identificar na primeira 2 (duas) disciplinas, Trabalho e Sociabilidade (UNB) e Gênero, Sexualidade e Cidadania (UFG) e, na segunda, apenas uma disciplina intitulada Sociedade e Gênero (UFPA/Campus Abaetuba e Belém).

A intersecção entre temas foi encontrada em 24 (vinte e quatro) disciplinas entre as regiões e algumas delas apresentam o debate de gênero sinalizado em suas nomenclaturas, são elas: Classe, Gênero, Raça e Etnia (UEPB), Etnia, Gênero e Alteridade (UFOP), Gênero, Raça e Etnia (UNIFSP), Gênero, Sexualidade e Cidadania (UNB) e Gênero, Sexualidade e Cidadania (UFG).

A análise dos dados revela que as autoras mais utilizadas nas disciplinas supracitadas são aquelas feministas que têm uma histórica trajetória no debate de gênero, a exemplo de Saffioti e Scott. No entanto, autoras do Serviço Social, como Cisne, tem presença considerável, conforme gráfico abaixo:

Autoras (es) mais utilizados nas disciplinas que tratam sobre gênero nos cursos de Serviço Social no Brasil



■ Saffioti, H. ■ Cisne, M. ■ Foucault, M. ■ Scott, J. ■ Castro, M. ■ Mioto, R.
 ■ Bruschini, C. ■ Costa, A. ■ Butler, J. ■ Gurgel, T. ■ Almeida, S. ■ Lisboa, T.

Autoria: Gráfico produzido pelas autoras.⁶

Dentre as disciplinas analisadas, Heleieth Saffioti aparece em primeiro lugar, seguida de Mirla Cisne, Michel Foucault, Joan Scott, Maurílio Castro, Regina Mioto, Cristina Bruschini, Albertina Costa, Judith Butler, Telma Gurgel, Suely Almeida e Teresa Lisboa. Cabe observar que só foram contabilizadas as disciplinas em que as ementas e referências bibliográficas foram localizadas nos sítios dos cursos. Saffioti, autora mais utilizada nas disciplinas em estudo, é citada majoritariamente nas referências bibliográficas com seu livro intitulado “Gênero, Patriarcado, Violência”, onde afirma que

Se o marxismo clássico atribuía importância excessiva ao macropoder e se os autores que chamaram a atenção para a relevância do micropoder não apresentaram um projeto de transformação da sociedade na direção da democracia integral, este livro propõe-se combinar macro e microprocessos, a fim de avançar na obtenção deste objetivo. (SAFFIOTI, 2015, p. 10).

Depreende-se daí que é necessária sensibilidade teórica, epistemológica e metodológica para perceber que visões unilaterais não dão conta da apreensão do debate de gênero. Diante disso, para Saffioti (1985, 1996 apud Saffioti 2015, p. 115),

as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no gênero são introduzidas pela emergência das classes.

⁶ Utilizamos apenas os autores que foram encontradas as formações (graduações), com vistas à contabilização.

Para amarrar melhor esta questão, precisa-se juntar o racismo. O nó [...] formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão.

Autoras como Bruschini e Lombardi (2003, p. 347) dão conta da realidade de exploração/opressão de gênero e de raça/ etnia no âmbito das relações de trabalho. As autoras caracterizam a estrutura ocupacional feminina brasileira em dois segmentos diferentes, em relação a qualificação, prestígio e remuneração. Apesar de identificarem uma redução da desigualdade salarial entre homens e mulheres, afirmam que “o mercado de trabalho não tem apenas uma segmentação de gênero, mas também de raça/cor” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003, p. 355). Essa combinação sexo-raça repercute nas condições de trabalho e na discriminação das mulheres negras.

É diante dessa realidade que o debate de gênero no Serviço Social não pode prescindir do debate da exploração/dominação de raça, mesmo porque é impossível “de se pensar um projeto de nação que desconsidere a centralidade da questão racial, já que as sociedades escravocratas foram fundadas no racismo” (RIBEIRO, 2016, n. p.), sendo extremamente necessário ponderar a intersecção entre classe, raça e gênero, com vistas a um novo modelo de sociedade, proposto no projeto ético-político profissional. De fato, não há como prescindir de categorias que, ao contrário dos debates empreendidos, devem ser tratadas em estreita articulação. Nesse sentido, Ribeiro (2016, n. p.), discute:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.

Assim, fica demarcado quão equivocado é o trato de gênero quando não correlacionado com as categorias de raça e classe, devendo a formação profissional em Serviço Social tratar dessas relações de exploração/opressões, principalmente quando a realidade social mostra as mulheres e as mulheres negras em condições de desigualdade social. Trata-se de garantir a efetivação do projeto ético-político profissional do Serviço Social que recomenda o compromisso da profissão com os/as explorados/as e oprimidos/as. Nessa linha de discussão, para Scott (1990, p. 4),

[...] as analogias com a classe e a raça eram explícitas; com efeito, as (os) pesquisadoras (es) de estudos sobre a mulher que tinham uma visão política mais global, recorriam regularmente a essas três categorias para escrever uma nova história. O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalavam primeiro o compromisso do (a) pesquisador (a) com a história que incluía a fala dos

(as) oprimidos (as) e com uma análise do sentido e da natureza de sua opressão: assinalava também que esses (as) pesquisadores (as) levavam cientificamente em consideração o fato de que as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo, estes três eixos.

A defesa por uma abordagem interseccional parte da compreensão de que, na realidade brasileira, as desigualdades de gênero entendidas como expressões da questão social, estão atravessadas de determinações de classe e de raça. Portanto, é imperativo dar destaque às questões de gênero sempre atreladas aos recortes de classe e raça que atravessam as mulheres na sua heterogeneidade, de modo que não há possibilidade de atender as demandas específicas das mulheres, em sua pluralidade, ao descontextualizá-las das opressões vinculadas à classe e a raça.

3. IMPLICAÇÕES DO DEBATE SOBRE GÊNERO E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Exposta preliminarmente a necessidade de a formação profissional dos assistentes sociais possuir os recortes étnico-racial e de gênero, é imperativo demonstrar as ponderações da pesquisa de Oliveira (2017). Para a autora, o Serviço Social vem, ao longo da história, tratando de forma irrelevante o debate étnico-racial, mesmo com o advento do Código de Ética de 1993, que determina a prática profissional pautada no combate a todas as formas de preconceito, racismo incluso. Verifica-se que

O Serviço Social sempre conceituou as tentativas, as estratégias, as ações e as experiências de implementação profissional acerca das questões étnico-raciais, como ações de militância político-ideológica, de uma parte da categoria profissional e não como perspectiva de exercício profissional em se debruçar a responder às demandas sociais dessa parcela populacional, sob um novo prisma das relações societárias. (OLIVEIRA, 2017, p. 386).

Em virtude desse posicionamento, apenas os profissionais que se identificavam com a causa do racismo o combatiam, enquanto militantes, de forma focalizada. É chamada a atenção para a importância de transferir essa responsabilidade para a profissão. Esta é uma reivindicação solicitada ao Serviço Social ao longo da história profissional, pois compreende-se que desde a sua gênese, a população que necessita do Serviço Social é composta

[...] em sua maioria, por aqueles que experienciam cotidianamente violência étnico-racial e de gênero [...]. Esta violência é expressa pelo Estado e compartilhada pela sociedade brasileira como um todo [...] sobretudo no que se refere à negação de políticas públicas, gestores e profissionais na resposta a tais demandas. Entretanto, sem ter apreendido, problematizado e analisado como se deu a história, assim como o processo constitutivo de identidade e as lutas em torno da efetivação da cidadania da população negra, a prática dos profissionais das diversas áreas, sobretudo a dos profissionais do Serviço Social, dá sustentação para perpetuar as desigualdades sociais com base na raça. (OLIVEIRA, 2017, p. 388).

O enfrentamento dessa situação deve ser iniciado pela base, através da formação profissional dos assistentes sociais, de modo que os currículos da graduação possuam disciplinas específicas que tratem da questão étnico-racial e da questão de gênero, levando em conta a categoria da interseccionalidade, para que assim posteriormente os profissionais possuam arcabouço teórico-metodológico para lidar com as demandas postas cotidianamente pela população sexualmente e racialmente discriminada. (OLIVEIRA, 2017).

Não se pode perder de vista que a compreensão da “questão social” como central na formação e no exercício da profissão exige, no âmbito da formação profissional, investimentos na reflexão teórica acerca do entrelaçamento/cruzamento entre as opressões/exploração de gênero, de classe e de raça. Esse entendimento parece ser um ponto fundamental para contribuir na compreensão acerca do porquê, na realidade brasileira, mulheres e homens negros(os) assumirem posição de destaque nas várias expressões da “questão social”. Conforme lembra MARTINS (2013, p. 16)

dos 190.732.694 milhões de brasileiros(as), 50,7% se declararam, no Censo 2010, como pretos(as) e pardos(as). Portanto, o não tratamento do racismo e das suas consequências trazem limites para a formação e para um exercício profissional plenamente qualificado – não devemos esquecer que os(as) usuários(as) dos serviços nos quais os Assistentes Sociais desenvolvem as suas atividades profissionais são fundamentalmente negros(as) (pretos/as e pardos/as) (MARTINS, 2012a).

Portanto, observa-se que o desafio aos assistentes sociais está em manter uma formação continuada, mesmo porque esse é um requisito fundamental de um exercício profissional qualificado e de respostas condizentes com as especificidades da população demandatária dos serviços com os quais trabalham no cotidiano profissional. Estes, por sua vez, devem ser apreendidos levando em conta a forma como tem se dado a relação entre Estado e sociedade. (RAMOS; SANTOS, 2017).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, foram levantados alguns pontos cruciais para discutir uma formação profissional que distante de uma visão particularista desenvolva uma reflexão capaz de dar conta das múltiplas opressões sem perder de vista a exploração impressa pela lógica do capital. A análise das relações de exploração/opressão de raça e de gênero torna-se

importante, principalmente quando se busca apreender, nos processos sociais reais, as determinações que articulam estas opressões à exploração da estrutura do capitalismo brasileiro.

É importante destacar que a omissão das demandas particulares da população feminina e negra em nome de uma leitura exclusiva de classe não faz avançar o debate e enxergar as opressões dentro do âmbito da classe trabalhadora. Ao contrário, só inviabiliza um olhar mais atento para, do ponto de vista teórico, apreender as nuances da exploração de classe sobre as mulheres e as/os negras/os e, nesse sentido, inviabiliza também o fortalecimento das lutas desses segmentos da classe trabalhadora. É imperativa essa percepção por parte dos profissionais do Serviço Social, para que seja estimulado o debate a respeito dos temas em tela, mas indo além.

É necessário aumentar a produção de conhecimento sobre as temáticas em apreço, que aliada com a formação profissional, seja capaz de refletir novas formas de enfrentamento às opressões/exploração de gênero, de classe e raça. Nessa perspectiva, Lucena (2010, p. 60) chama a atenção para a necessidade de recorrer a Marx no sentido de entender “os dilemas sociais e as grandes questões referentes ao ser [negro e] mulher [negra] em meio à barbárie do capital”. Barbárie que desafia o Serviço Social para empreender, do ponto de vista teórico e do exercício profissional, a reflexão da classe compreendendo-a como composta de mulheres e de negras/os na perspectiva de fortalecer a luta pela superação da ordem do capital.

REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M; HIRATA, H. (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003. p. 323-356.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

IAMAMOTO, M. V., CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LUCENA, M. F. G. Saúde, Gênero e Violência: um estudo comparativo Brasil/França sobre a saúde da mulher negra. Recife: Editora da UFPE, 2010.

MARTINS, T.C.S. Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. **Revista Inscrita**, Brasília, Ano 10, n. 14, p. 10-17, dez. 2013.

OLIVEIRA, J. M. S. Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais. **Revista Ser Social**. Brasília, v. 19, n. 41, 2017. Disponível em:

<http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14945 >. Acesso em: 14 jun. 2019.

RAMOS, S. R.; SANTOS S. M. M. **Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro**: lições históricas e lutas contemporâneas. In: SILVA, M. L. de O. (Org.). *Serviço Social no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

RIBEIRO, D. Prefácio à edição brasileira. Prefácio. In: DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. Coleção Brasil Urgente.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*. V. 15, n. 2, jul/dez. 1990.